

A questão de classe na Luta de Letras

Valdemar Cruz

Neste momento há nove mil licenciados em Letras no desemprego e 12 mil candidatos a desempregados a frequentar as três Faculdades de Lisboa, Porto e Coimbra.

Quando há alguns dias ressurgiu no panorama informativo português o problema das Faculdades de Letras das Universidades Clássicas de Lisboa, Porto e Coimbra, houve uma tendência imediata para inserir o processo reivindicativo dos estudantes portugueses nas movimentações mais gerais que fizeram tremer o poder em França, primeiro, e agitaram a Itália, a Bélgica e Espanha, em períodos posteriores.

Apesar de semelhanças óbvias nos objectivos destas diferentes lutas — um traço de união é o combate à selectividade no ensino — terá de referir-se que, em Portugal, o motivo da actual movimentação dos estudantes de letras não é de modo algum novo e, bem pelo contrário, tem-se arrastado ao longo de anos sem que as estruturas governativas tenham dado um passo para resolver uma questão que a breve prazo teria de explodir.

É longo o processo, mas podemos tomar como ponto de partida o I Encontro Nacional dos Estudantes de Letras, realizado no Porto em Abril de 1985. Já aí era evidente a situação de ruptura, quer a nível de funcionamento interno, quer da articulação com o mercado de trabalho, por parte das Faculdades de Letras.

Aquelas escolas têm deparado com deficientes condições pedagógicas, inadequação da estrutura curricular às necessidades nacionais e às exigências de formação no âmbito das Ciências Sociais e Humanas. Por outro lado, surge a indefinição, em termos institucionais, do estatuto e objectivos das Faculdades de Letras, que formam, por força das circunstâncias, professores, sem lhes dar preparação pedagógica, e, apenas em teoria, investigadores, sem condições, nem meios, para o desempenho de qualquer actividade científica.

E já aqui se levanta uma questão essencial, que é a de

saber se a vocação das Faculdades de Letras é a de, pura e simplesmente, formar professores.

A realidade objectiva — em função do caminho tomado pela esmagadora maioria dos licenciados em letras — poderia levar a um sim categórico. Acontece que ninguém ainda provou — e estará longe de provar — que os estudantes procuram aquelas escolas com o objectivo de se tornarem docentes. Ou seja, não se trata de uma vocação, mas antes a consequência de problemas graves de que enferma a sociedade portuguesa, no âmbito da profissionalização em vários sectores, definição ou indefinição de perfis profissionais ou mesmo a organização do mercado de trabalho. Resulta daqui que ao optarem pelo ensino, os novos licenciados, estão apenas a adoptar uma atitude realista em função das actividades possíveis.

A tendência geral dos últimos anos — sintomaticamente traduzida no projecto de reestruturação que os estudantes agora contestam — tem sido a de tomar como um dado adquirido que frequentar «letras» é sinónimo de próxima candidatura a funcionário público, via ensino.

Vejam, então, no essencial, o que diz a proposta elaborada, conjuntamente, pelo Ministério da Educação e Cultura e por docentes em representação dos Conselhos Científicos e Directivos das faculdades das três universidades clássicas.

O primeiro ponto define como objectivo do modelo de reestruturação, «a formação profissional para a docência de licenciados» daquelas faculdades. Os cursos terão «um ramo científico e um ramo educacional, este último destinado à formação profissional de docentes». O ingresso no 1.º ano de cada curso «estará sujeito a *numerus clausus*, o qual será fixado por cada faculdade e curso (e variante, se for caso disso), por portaria do MEC: esta medida abrangeria alunos que acabaram o curso ou estão agora a frequentar o 3.º ano. Naquele 1.º ano verificar-se-ia a introdução de cadeiras psico-pedagógicas.

Por outro lado, o *numerus clausus* será fixado em função das «necessidades do pessoal docente em cada grupo do quadro docente do ensino secundário», e dos lugares de estágio disponíveis «com orientação qualificada, assegurada por parte da escola secundária, na área de influência de cada faculdade».

Já se sabe do absurdo que constitui a introdução de um *numerus clausus* a meio do curso. Já se conhecem as propostas dos estudantes, bem como a sua rejeição liminar de um projecto que, a ser aplicado, iria transpor para o interior da Universidade a luta quase fratricida já em prática para a obtenção de notas no 12.º ano. Já se sabe, ainda, que isto conduziria a um inevitável estrangulamento de saídas face ao preenchimento gradual de vagas por aqueles que já tenham terminado a licenciatura e os que, através deste curso de transição e dos novos planos curriculares, o venham a fazer em 1990/91.

Por isso, será talvez oportuno colocar outras questões, de igual modo interessantes. Sem malícia, apetece-nos, desde logo, colocar esta: a reestruturação implica a introdução nos actuais cursos de novas cadeiras de teoria pedagógica. Então, ou vão alargar-se os horários para níveis simplesmente incoportáveis, ou há doutores, actuais docentes nas universidades, que consideram as cadeiras que leccionam suficientemente irrelevantes para aceitarem a sua eliminação do *curriculum* académico.

De resto, há mesmo quem, entre o corpo docente das universidades clássicas, considere os quatro anos previstos no programa de uma licenciatura em Letras período tão reduzido para a aprendizagem crítica, o aprofundamento do saber, que a introdução de disciplinas psicopedagógicas, nos termos em que parece o MEC disposto a introduzir, poderá assumir-se como desvirtuadora do papel que as Faculdades de Letras têm de continuar a desempenhar nas áreas humanísticas.

Dir-se-á que o projecto contestado pelos estudantes visa facilitar o acesso ao emprego. Só por ironia se pode-

ria aceitar que um ministro pertencente a um Governo que em nenhum momento se preocupou com esse problema fundamental da sociedade portuguesa, iria agora preocupar-se com quem anda à procura de emprego.

Neste momento há nove mil licenciados em Letras no desemprego e 12 mil candidatos a desempregados a frequentar as três faculdades de Lisboa, Porto e Coimbra.

Enquanto isso sucede, concedem-se todas as facilidades à proliferação das universidades privadas. Não é novidade para ninguém que quem entra nestas escolas são os alunos cujas médias não foram suficientes para terem acesso ao ensino superior oficial, mas que saem de lá com notas muito superiores aos licenciados pelas Universidades Clássicas e, consequentemente, vão ter vantagens na obtenção de emprego.

No meio da contestação estudantil acabou por surgir já a indicação ministerial de que vão abrir-se vias alternativas, uma das quais é o curso de tradutor. E acena-se com a CEE, como se a Comunidade Económica Europeia constituísse um horizonte realista para justificar a opção por um curso como aquele.

E aí temos, afinal, como subserviências diversas a interesses estrangeiros acabam por influenciar decisivamente opções destinadas à população nacional. Já foi o Banco Mundial a ter um papel determinante nas Escolas Superiores de Educação, de onde se sai desde logo habilitado a leccionar.

Surge, então, a perspectiva de classe em todo este conflito das Faculdades de Letras portuguesas. É, simultaneamente, uma perspectiva de classe para o ensino em Portugal, e que determina, por exemplo, que para leccionar no ensino primário a crianças em formação de personalidade, não são necessárias especiais habilitações académicas e é bastante a frequência de um pequeno curso nas Escolas do Magistério após a conclusão do Ensino Secundário. Conforme as carências, mais se acelera a procura do emprego. Um jovem oriundo de famílias pobres é tentado a seguir este caminho, na perspectiva de rapidamente obter uma colocação que lhe garanta a subsistência.

A actual reestruturação leva a que, para o Ciclo Preparatório, fiquem destinados os formados pelas Escolas Superiores de Educação. Para o Ensino Secundário iriam os licenciados pelas Universidades Clássicas, aqueles que tiveram o dinheiro bastante para aguentar um curso que poderá durar sete ou oito anos até estar concluído, já que o *numerus clausus* iria necessariamente desaccelerar o ritmo de licenciaturas.

Ou seja, para sectores específicos de ensino, encaminham-se específicas camadas sociais. Estratifica-se o nível de ensino e não demorará a que ser professor da primária, do ciclo ou do secundário, constitua, precisamente, como que um cartão de apresentação indicador do nível social, da classe de origem.

Já dizia o velho Marx que «a história de toda a sociedade, até aos nossos dias, não tem sido senão a história da luta de classes». A luta de classes trava-se em todos os domínios e não há altares que lhe escapem, mesmo se escondidos num aparentemente inofensivo projecto de reestruturação de faculdades dedicadas às letras.

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31

Mercado de trabalho - licenciados